

Flávia Christiane de Alcântara **Figueira**

NEURODIREITOS E INFÂNCIA DIGITAL

Proteção jurídica em tempos de algoritmos

Apresentação

Mariane Yuri Shiohara Lübke

Prefácio

Alessandra Borelli

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Lista de Siglas	XVII
Apresentação	1
Prefácio	3
Introdução	7
Capítulo 1 – Neurodireitos: Aspectos Conceituais e Tratamento Legislativo.....	11
1.1 Aspectos Conceituais dos Neurodireitos e Sua Relação com a Integridade Mental.....	12
1.1.1 Os neurodireitos como conceito em construção pela doutrina	12
1.1.2 A análise dos neurodireitos como direitos fundamentais e a relação com a integridade mental	23
1.2 Neurodireitos no Contexto Jurídico Brasileiro	40
1.2.1 A Lei Geral de Proteção de Dados e o marco referencial para a proteção dos neurodireitos.....	40
1.2.2 A proteção dos neurodireitos no Código Civil de 2002	49
Capítulo 2 – Neurodireitos e as Crianças e Adolescentes: Vulnerabilidades e a Resposta (Insuficiente) do Ordenamento Jurídico.....	59
2.1 A Vulnerabilidade das Crianças e Adolescentes em Relação à Integridade Mental Diante do Ambiente Digital e a Exposição Precoce às Novas Tecnologias.....	60
2.1.1 Vulnerabilidade infantojuvenil e proteção jurídica da integridade mental no ambiente digital.....	60

2.1.2 Os impactos da exposição precoce às novas tecnologias no desenvolvimento infantojuvenil e os deveres da família, da sociedade e do Estado	74
2.2 Desafios Legais para a Proteção dos Neurodireitos de Crianças e Adolescentes.....	86
2.2.1 Fundamentação internacional no âmbito protetivo da criança e do adolescente	86
2.2.2 A resposta insuficiente do ordenamento jurídico brasileiro: lacunas normativas e os desafios regulatórios.....	96
Capítulo 3 – <i>Big Techs</i> e Tratamento de Dados Pessoais das Crianças e Adolescentes: Panorama Jurídico e Responsabilização	109
3.1 Práticas das <i>Big Techs</i> no Tocante ao Tratamento de Dados das Crianças e Adolescentes.....	112
3.2 Legislação sobre o Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes no Âmbito Internacional e Nacional	121
3.2.1 Internacional.....	121
3.2.2 Nacional	132
3.3 Responsabilidade Civil das <i>Big Techs</i> Frente ao Tratamento Indevido ou Inexistente de Dados Pessoais das Crianças e Adolescentes	146
3.3.1 As funções da responsabilidade civil diante da assimetria de poder das <i>big techs</i>	146
3.3.2 A Lei 15.211/2025 e responsabilidade civil das <i>big techs</i> diante da proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.....	171
Considerações Finais.....	189
Referências.....	193